

SEMINÁRIO

28 AGO 1989

Econ-Brasil

GAZETA MERCANTIL

Conselhos do fundador da Cepal para o combate à hiperinflação

por Cynthia Malta
de Campinas

O último dia do seminário "Inflação e Políticas de Estabilização em Economias Cronicamente Inflacionárias", promovido pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e que reuniu renomados economistas estrangeiros e do Brasil, teve como ponto de destaque e controvérsia um alerta severo da mais conceituada personalidade presente ao evento: o economista chileno Aníbal Pinto, fundador da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) e considerado o "mestre da atual geração de economistas latino-americanos. Ele disse que todo o plano de combate à inflação, que não levar em conta na sua elaboração os fatores sociais envolvidos, está fadado ao fracasso e reclamou da ausência desses fatores nos estudos para programas de ajuste econômico atuais.

"De nada adianta estudarmos o fenômeno da hiperinflação se não incluímos os elementos políticos e sociais, pois estes, nos últimos anos, têm tomado extrema importância na América Latina", afirmou Aníbal Pinto, ao receber o título de doutor honoris causa das mãos do reitor da Unicamp.

O economista argentino, Roberto Frenkel, apesar de reverenciar o "mestre" não aceitou as críticas e rebateu "não é justo cobrar isso dos economistas. Não temos formação sociológica suficiente para prevermos variáveis nesse campo". Frenkel concorda com Eliana Cardoso, economista brasileira e professora da Tufts University (EUA).

Para Eliana Cardoso o papel do economista é dizer quais são as medidas corretas a serem adotadas e os acertos políticos para que sejam implementadas. É problema do governo. A professora defende, por exemplo, que o Brasil deveria aplicar um ajuste fiscal já — elevando impostos e cortando gastos públicos.

"Se o Sarney fosse inteli-

gente, ele implementaria uma reforma fiscal e sairia do governo como grande estadista."

Na opinião de André Lara Resende, no entanto, tentar implantar um ajuste fiscal agora é impossível, e, portanto, a tese correta acaba dando lugar às medidas viáveis para o momento, "que não resolvem o problema, mas evitam que a situação piore". Para Resende, a manutenção das reservas, o controle cambial e os juros altos — política atualmente em vigor no País — "é a melhor coisa que o Mailson da Nóbrega e o João Batista de Abreu poderiam fazer, porque não há outra coisa".

O professor do Nuffield College do Oxford, (Inglaterra), Laurence Whitehead, chamou a atenção para o fato de que, por mais necessárias que sejam medidas de ajuste fiscal para combater a inflação agora no Brasil, "não

há como fazê-lo a três meses de uma eleição presidencial. Não existem, hoje no País, alianças políticas que permitam a implantação de um plano de ajuste severo", observou Whitehead.

Na Argentina, ocorre justamente o contrário. Com a vitória de Carlos Saúl Menem, como presidente, e a nomeação para ministro da Fazenda de um destacado empresário, representante de um importante grupo multinacional, a Argentina tem muito mais chances de obter apoio de diversos setores para promover as reformas necessárias, argumentou Whitehead acrescentando que em última análise "o melhor caminho para a redução da inflação é a promoção de um pacto social".

O economista Antonio Kandir, um dos organizadores do seminário, apontou o Chile e a Bolívia como provas de que "se os fato-

res políticos e sociais não forem levados em conta, os custos são imensos e o perigo do retorno a uma inflação alta demais é grande.

A economista Maria da Conceição Tavares, por sua vez, descartou a totalmente a idéia de um pacto social no Brasil. "A sociedade aqui é muito segmentada. Ninguém representa ninguém e não há como fazer pacto social". Conceição Tavares, defende um pacto político, como o que ocorreu na Espanha. Seguindo ela, naquele país "as lideranças dos principais partidos uniram-se e foi o suficiente para implantar um plano de estabilização".

O apoio total da sociedade a um plano de governo é uma utopia para o ex-ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser-Pereira. "É preciso que o governo tenha coragem de enfrentar os problemas", disse Bresser-Pereira.